



## Veridicção nos milagres bíblicos

Dario de Araujo Cardoso\*

**Resumo:** Define-se veridicção como o modo do dizer verdadeiro de um discurso. Ele difere do conceito ontológico de verdade por prescindir do referencial extralinguístico. Na semiótica, a veridicção se constitui por meio das modulações das categorias do ser e do parecer e é estabelecida pelo contrato fiduciário, uma coordenação de mecanismos epistêmicos instalados tanto no enunciador quanto no enunciatário. As narrativas de milagres bíblicos oferecem um interessante espaço para a discussão sobre o mecanismo da veridicção. Ao descreverem algo impossível de realizar, essas narrativas colocam em evidência o processo linguístico pelo qual se processa o sentido. No presente artigo, descreveremos o conceito e o mecanismo de veridicção conforme a semiótica gremasiana. Também será apresentado o estatuto semiótico e o programa narrativo do milagre tendo como referência a proposta do Groupe d'Entrevernes. Por fim, apresentaremos a análise de três milagres registrados em sequência no Evangelho de Lucas e destacaremos duas principais marcas de veridicção: a isotopia narrativa e a constituição do espaço fiduciário. Será demonstrado que a verdade instituída nos textos é intrínseca e não extrínseca e se dá por meio de um processo que pressupõe a interação entre o fazer persuasivo do autor/enunciador e o fazer interpretativo do leitor/enunciatário que transforma o espaço conflitual, estabelecido por diferentes crenças-mãe, em espaço fiduciário.

**Palavras-chave:** Veridicção, Isotopia, Espaço Fiduciário, Milagre

## Introdução

O tema dos milagres é de grande importância nos estudos sobre a religião e, especialmente, nos estudos bíblicos. Na filosofia, o advento do racionalismo questionou sua existência e o naturalismo os negou completamente. Desde então têm surgido diversas propostas para o estudo dos milagres na Bíblia Sagrada, especialmente nos evangelhos. Entre elas há as que procuram produzir explicações racionais para eles, há também as que os consideram criações ou metáforas da fé das primeiras comunidades cristãs. Tais abordagens se caracterizam pelo foco voltado para o referencial histórico, discutindo basicamente sua realidade ou existência.

A Semiótica, a partir do seu referencial linguístico, não deixou de ocupar-se com os milagres bíblicos e de promover estudos sobre o seu estatuto na compreensão da geração do sentido. Destaca-se a obra *Signes et paraboles: Sémiotique et texte évangélique* (1977) do Groupe d'Entrevernes.

Com o intuito de retomar e fazer avançar esse campo dos estudos semióticos, o presente artigo discute um ponto nevrálgico na abordagem aos milagres e sua veridicção. Foram destacados para o estudo três relatos de milagres registrados em sequência no Evangelho segundo Lucas, um dos quatro livros da Bíblia Sagrada que se dedicam a relatar a vida e os ensinamentos de Jesus. Este evangelho tem a peculiaridade de possuir um prólogo onde enunciador e enunciatário são instalados no texto por meio da debreagem enunciativa de pessoa e onde os propósitos da narrativa são declarados. Essa característica de enunciação enunciada favorece a construção do ambiente discursivo.

Inicialmente retomaremos o conceito de veridicção em seus aspectos teóricos e de manifestação no processo de geração do sentido. Em seguida, os milagres serão apresentados à luz desses conceitos e à luz de seu estatuto semiótico. E, por fim, observaremos no texto destacado a manifestação dos elementos que conduzem à veridicção.

\* Doutorando da Universidade de São Paulo, Docente da Universidade Presbiteriana Mackenzie USP/Mackenzie. Endereço para correspondência: ( [dariocardoso@usp.br](mailto:dariocardoso@usp.br) ).

## 1. Aspectos teóricos da veridicção

No *Dicionário de Semiótica 1*, Greimas e Courtés observam que:

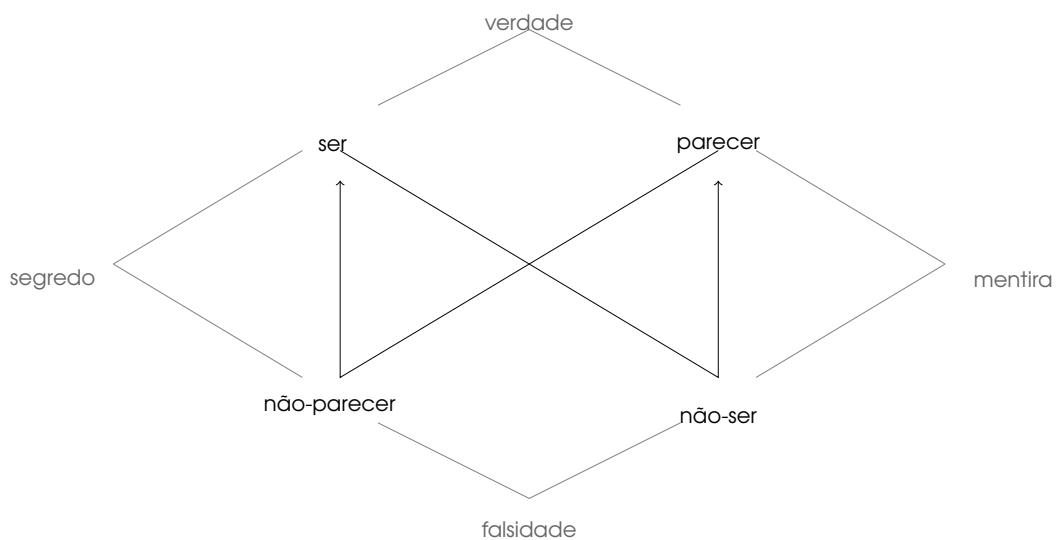
Ao postular a autonomia, o caráter imanente de qualquer linguagem e, pela mesma razão, a impossibilidade de recorrer a um referente externo, a teoria saussuriana forçou a semiótica a inscrever entre suas preocupações não o problema da verdade, mas o do dizer-verdadeiro, da veridicção. (Greimas; Courtés, 2008, p. 530)

Greimas (1983, p. 54, 74) define a veridicção como “uma isotopia narrativa independente, capaz de estabelecer seu próprio nível referencial e de tipificar as diferenças e os desvios”. Mais adiante a descreve como “uma operação cognitiva que se exerce como um *saber* sobre os objetos (do mundo)”. Assim, a veridicção deve ser entendida como uma qualidade de sustentação do enunciado que busca dar conta da construção discursiva da “realidade”. Cada discurso estabelece seu próprio quadro veridictório e somente a esse quadro deve prestar conta.

A importância dessa discussão também é apontada por Bertrand:

A questão da veridicção está no âmago da semiótica, tocando nos postulados fundamentais sobre o sentido. E, entre estes, a consideração de que o sentido se apresenta sempre aos nossos olhos, tanto na ordem da percepção quanto na da leitura, sob o modo do parecer. Quer o parecer seja apreendido como uma “promessa” de ser, quer como mera estratégia de persuasão, a veridicção vem tomar o lugar de uma problemática da verdade, estabelecida como valor ontológico ou – o que, no caso, dá no mesmo – como valor referencial. A veridicção instala um hiato relacional na produção e interpretação dos valores de verdade, hiato entre o que parece e o que se supõe ser, na cena intersubjetiva do discurso (Bertrand, 2003, p. 240)

Dessa forma, a problemática da verdade no interior do discurso se dirigiu primeiramente para as “marcas da veridicção, graças às quais o discurso enunciado se ostenta como verdadeiro ou falso, mentiroso ou secreto” (Greimas; Courtés, 2012, p. 530). Tais marcas são modalizações das categorias do ser e do parecer e são dispostas no *Dicionário de Semiótica 1* (ver Figura 1).



**Figura 1**  
Quadrado semiótico da veridicção

Com essa proposta, Greimas, ao mesmo tempo em que liberava a veridicção de suas relações com o referente não semiótico, instituiu o que chamou de “a

verdade intrínseca da narrativa” (Greimas, 1983, p. 54).

Inicialmente voltada para a instância narrativa – na

relação Destinator/sujeito -, o estudo da veridicção deu importante salto generalizante ao ser deslocada para a instância discursiva onde todo o fazer se desenvolve entre enunciador e enunciatário (Lopes; Bevidas, 2007, p. 32-33). As modalidades veridictórias passaram a depender da coordenação de mecanismos epistêmicos instalados tanto no enunciador quanto no enunciatário, aos quais dá-se o nome de contrato de veridicção.

um crer-verdadeiro deve ser instalado nas duas extremidades do canal da comunicação, e é esse equilíbrio, mais ou menos estável, esse entendimento tácito entre dois cúmplices mais ou menos conscientes que nós denominamos contrato de veridicção (ou contrato enuncivo). (Greimas; Courtés, 2012, p. 530)

Nesse contexto, o bom funcionamento desse contrato depende do enunciatário, que deve decidir sobre o ser ou o não ser da mensagem recebida. Tal decisão se realiza pelas “condições da confiança que determinam o compartilhamento de crenças, em perpétuo ajuste entre os sujeitos, no interior do discurso” (Bertrand, 2003, p. 243). São os fatores condutores desse ajustamento que denominamos marcas de veridicção.

A “verdade”, para ser dita e assumida, tem de deslocar-se em direção às instâncias do enunciador e do enunciatário. Não mais se imagina que o enunciador produza discursos verdadeiros, mas discursos que produzem um efeito de sentido “verdade”: desse ponto de vista, a produção da verdade corresponde ao exercício de um fazer cognitivo particular, de um fazer parecer verdadeiro que se pode chamar, sem nenhuma nuance pejorativa, de fazer persuasivo. (Greimas; Courtés, 2012, p. 531)

Fundamentadas num quadro teórico diferente, as discussões sobre o texto bíblico têm sido conduzidas no campo da transcendência e a discussão do ser tem sido conduzida pela ontologia, discussão própria da filosofia e da teologia. No entanto, na abordagem semiótica a discussão sobre o ser é conduzida em termos de imanência e sua investigação deve ser feita pela manifestação, o polo do parecer: “estabelecer, a partir da manifestação, a existência da imanência, é decidir sobre o ser” (Greimas; Courtés, 2012, p. 533).

## 2. O processo de veridicção

No entanto, o estudo sobre as marcas da veridicção trata dos elementos discursivos instalados no texto que integram não só o fazer persuasivo do autor/enunciador mas também o fazer interpretativo do leitor/enunciatário. Considerado do ponto de vista narrativo:

o fazer persuasivo na verdade instaura o contrato de comunicação entre Destinator e sujeito (como destinatário), contrato esse que, no andamento das pesquisas, e sempre na sua indução generalizante, se deixou ver como contrato fiduciário, contrato polêmico, que introduz a manipulação do sujeito para preparar sua competência: primeiro adquirindo o crer, a convicção, em seguida o querer e/ou dever (como suas modalizações virtualizantes), para depois ser munido das demais competências atualizantes do saber e poder, o que o habilitará à realização da performance. (Lopes; Bevidas, 2007, p. 33)

Considerando o deslocamento do problema da veridicção para o nível discursivo, podemos ver esse processo replicado na relação enunciador enunciatário. Dessa forma, ao verificar a constituição de um contrato fiduciário entre autor/enunciador e leitor/enunciatário, observamos a instauração do sujeito fiduciário descrito por Zilberberg (2006, p. 159, 165), um sujeito em conjunção com o valor do valor por meio do crer e que está mobilizado em relação ao objeto-valor proposto.

(Bertrand, 2003, p. 245-246) apresenta três momentos desse processo do ponto de vista do leitor: a desiconização, a aplicação da “crença-mãe” e o desenvolvimento da intervenção sensível que garante o controle da partilha figurativa.

Nossa percepção sobre a verossimilhança do narrado nos direciona na abordagem de um texto. Percebê-lo como temático ou figurativo determinará o fazer interpretativo. É o momento de desiconização ou de desrealização. Nesse momento atores e actantes são estabelecidos a partir do crer inicial do leitor/enunciatário. Estabelece-se então um espaço conflitual que deve ser transformado em espaço fiduciário.

O espaço de tal confrontação situa-se no interior do que Merleau-Ponty denomina “fé perceptiva”, “opinião original”, “crença-mãe”, ou seja, a modalidade geradora desse entrelaçamento da percepção, em que o sujeito e o objeto estabelecem seu liame de valor recíproco e existem um para o outro... Essa função é o “movimento que nos instala no mundo antes de qualquer verificação”, operando o que Husserl já chamava, conforme vimos, de função figurativa (Bertrand, 2003, p. 249-250)

Podemos dizer que a crença-mãe é o elo fundamental entre o autor/enunciador e o leitor/enunciatário, visto que se constitui nas expectativas postas sobre o texto, as quais estabelecerão para o autor as coerções do gênero para que seu discurso seja aceito como verdadeiro

e a que ele deverá se submeter em seu fazer persuasivo. Da parte do leitor, actante responsável pelo fazer interpretativo, a crença-mãe se estabelece como condição básica de acesso à manifestação textual, ao parecer do texto. Sem ela, a comunicação simplesmente não se estabelece e o texto se apresentará, parecerá, incompreensível. É a partir da crença-mãe que o leitor avançará em direção à imanência do texto para, em seu fazer interpretativo, julgar sobre sua veridicção. Zilberberg afirma que

... retirar o percurso fiduciário reveste o percurso gerativo, tal como (numa peça de vestuário) o avesso em relação ao direito: cada nível do percurso gerativo se apresenta, por assim dizer, como a sombra projetada do nível correspondente no percurso fiduciário. Cada nível de avaliação fica, com isso, dotado de um nível de efetuação (Zilberberg, 2006, p. 156).

Acha-se aqui o elemento organizador das marcas de veridicção, tanto para o autor quanto para o leitor.

Entretanto, é preciso considerar que, embora seja elo fundamental, não é possível garantir que a crença-mãe do autor/enunciador coincida com a do leitor/enunciatório. Pelo contrário, o espaço conflitual se estabelece exatamente pela pressuposição de que estas são diferentes. Não fosse assim, não haveria esforço persuasivo. No processo enunciativo, o autor, a partir de sua crença-mãe, preenche o papel actancial do leitor instituindo um enunciatório a quem se dirige e a quem quer fazer crer. Greimas (1983, p. 72) observa que no funcionamento prático do discurso: “o ator ‘sujeito falante’ é por intermitência o actante enunciativo e o actante enunciatório de seus próprios enunciados”. Fiorin (1999, p. 63-64) observa que esse movimento não é intrassubjetivo (do sujeito para si mesmo), mas é extrassubjetivo (do sujeito em busca de um outro). Ele diz que “o texto constrói um tipo de leitor chamado a participar de seus valores. Assim, ele intervém indiretamente como filtro e produtor do texto”. De forma semelhante, podemos dizer que o leitor no processo interpretativo preenche o papel actancial do enunciativo a partir de sua própria crença-mãe, no intuito de reconstruir para si e em seus próprios termos o processo de comunicação.

Esse vínculo pode ser equiparado ao conceito de “crenças essenciais” encontrado em Tatit (2010, p. 156), que, integradas ao universo subjetivo, são incentivos para novas atualizações. É, portanto, um dos aspectos que influenciam a densidade de presença e o estabelecimento do corpo semiótico. Segundo Discini (2013, p. 20)

Juntando as ‘crenças essenciais’ com a ‘saudade da comoção’, entendemos que a poten-

cialização tônica, quanto à densidade de presença, concerne a uma ‘saudade da essência’: passa-se da fase potencializada, para a fase virtualizada em que é acolhido o corpo como esquema: redução, abstração, essência.

Assim podemos dizer que o saber e/ou dever comunicados e, principalmente, a veridicção do discurso será uma função da relação entre as crenças-mãe envolvidas. Daí o caráter equívoco da significação. A emergência do sentido no discurso religioso, como na hagiografia, só se dá quando autor e leitor, enunciativo e enunciatório, compartilham de um contrato de veridicção que institui o mundo divino, o que ocorre por meio da mobilização do corpo sensível. Discini descreve um aspecto dessa transferência sensível entre o autor e o leitor na hagiografia:

Entendendo discursivamente que autor e leitor são bipartições do sujeito que enuncia, acreditamos poder estender, do autor para o leitor da hagiografia, o “piedoso respeito” que obstaculiza a liberdade de um e de outro como iniciativa pressuposta ao ato de enunciar. Uma leitura particularizada, da qual se apartam as possibilidades de dúvida ou de uma crise de confiança sobre o narrado, é expectativa criada pelo gênero. (Discini, 2012, p. 85)

Por exemplo, em nossa discussão acerca das narrativas de milagres a crença-mãe se define a partir daquilo que se crê impossível à luz da racionalidade empírica. Ou seja, só é possível considerar um milagre aquilo que se supõe cientificamente impossível, de forma que um relato de milagre para se mostrar verdadeiro deverá obrigatoriamente narrar algo homologado como impossível (dever não ser, não poder ser), sob pena de perder seu estatuto semiótico. Podemos ver isso no segmento da pesca. Seria curioso, mas não extraordinário, narrar que Simão tivesse encontrado peixes no lugar apontado por Jesus. Para atingir a condição de milagre é preciso narrar que a quantidade de peixes pescados foi tão grande que dois barcos quase não conseguiram carregar.

### 3. O estatuto semiótico dos milagres

A etimologia do termo “milagre” é suficiente para revelar a relação do milagre com aquilo que apresentamos acima. O termo é definido como “feito extraordinário que vai contra as leis da natureza”, vem do latim “miraculum” (“coisa admirável”) que é derivado de “mirari”, “admirar-se, contemplar, olhar” (Cunha, 2010, p. 429) Fica evidente a relação com a percepção e, portanto, com o parecer. Nesta concepção, milagre é

algo que se vê e que pode ser distinguido de seu correlato “miragem” exatamente pela questão da veridicção. Miragem é aquilo que parece mas não é (engano), enquanto o milagre é aquilo que parece (verdade) ainda que não pudesse ser.

O Groupe d’Entrevernes (1977, p. 177-182, 186-196) apresentou uma interessante discussão sobre a estrutura semiótica dos milagres. Eles observaram que os milagres fazem parte da realidade, e não da ficção – estatuto das parábolas –, do relato dos evangelhos. Assim, não são desafios à veridicção dos evangelhos, nem um desvio dela, são, de fato, parte dessa veridicção, ou melhor, elementos veridictórios do texto como uma totalidade. Os milagres estabelecem “uma exigência de interpretação que resolve a narrativa principal”, uma “resolução *cognitiva* e significativa (no sentido em que dizemos que um observador interpreta um evento)” (Groupe d’Entrevernes, 1977, p. 173).

No entanto, o reconhecimento de que os milagres integram a totalidade dos evangelhos é apenas o passo inicial para o reconhecimento de seu estatuto semiótico. Os milagres “estão em continuidade sintagmática mas em ruptura semântica com a narrativa primária” dos evangelhos (Groupe d’Entrevernes, 1977, p. 179). Na relação enunciatório/enunciário o que está proposto no fazer persuasivo não pode ser a repetição do milagre. Isso invalidaria a própria concepção de milagre. Deve-se perguntar, por exemplo, que relação tem a palavra de Jesus e a pesca de uma grande quantidade de peixes, as prescrições de Moisés e a cura de um leproso, o perdão de pecados e a cura de um paralítico.

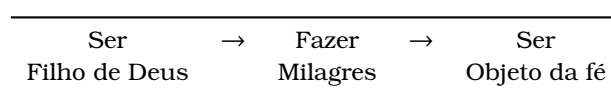
Não basta ser curado para ser salvo, não é necessário ser paralítico para ser perdoado. O contrato flexiona assim o programa inicial sobre uma performance secundária: os valores perseguidos aqui e ali são semanticamente diferentes. É provável que elas [as transformações realizadas] não sejam totalmente heterogêneas. Elas se implicam ou se pressupõem. (Groupe d’Entrevernes, 1977, p. 177, 179)

Assim, o sentido produzido pelos milagres não poder ser estudado à parte da totalidade do texto e de sua proposta geral.

Greimas (1983, p. 71) propõe que a performance e a competência do sujeito podem ser obtidas pela exploração de duas organizações modais: um fazer que modaliza o ser e um ser que modaliza um fazer. Nas narrativas de milagres em Lucas deve-se observar o intercâmbio entre ambas. Tendo em vista que o narrador apresenta Jesus como “Filho do Altíssimo” (Lucas 1.32), a organização ser-fazer é uma importante marca da veridicção. Na qualidade de “Filho de Deus”, Jesus deve fazer aquelas coisas que, impossíveis aos

homens, são pertinentes à divindade. No texto selecionado, controlar a natureza, curar enfermidades e perdoar pecados.

No entanto, deve-se observar que o propósito desse evangelho é dar “certeza das verdades” (Lucas 1.4). Portanto, é, sob esse ponto de vista, um fazer crer, um fazer persuasivo. “Fazer crer (persuadir)  $\approx$  fazer de sorte que S1 tenha um julgamento de certeza acerca de alguma coisa” (Greimas, 1983, p. 74). Nesse aspecto, o fazer modaliza o ser à medida que, ao fazer aquilo que é próprio à divindade, Jesus se qualifica como seguro objeto da fé do enunciatário. Portanto, a crença-mãe que orienta os relatos de milagres passa do nível narrativo para o nível discursivo e pode ser assim descrita por meio de um encadeamento ser-fazer-ser (ver Figura 2)



**Figura 2**  
Encadeamento das modalizações do ser e do fazer

Assim, nas narrativas de milagres, o objeto do fazer interpretativo não é a existência de milagres, essa assunção, como vimos, faz parte de estatuto do próprio discurso. Ao julgar o discurso como verdadeiro, ou seja, ao considerar que o que está relatado realmente é um milagre, o enunciatário se move no quadro epistêmico da probabilidade para a certeza.

Sob esse olhar o milagre se apresenta como um objeto de conhecimento indiscutível, objeto de admiração, de estupefação, mas também, por via de consequência, e considerando seu caráter excepcional, objeto de interrogação [...] Se a significação primeira do milagre é incontestável, sua significação segunda, isto é, sua relação ao programa principal, permanece ambígua [...] Se a plena compreensão do milagre exige não somente a constatação de sua eficácia, mas o reconhecimento de seus pressupostos, isto é, a identificação de seu autor, Jesus, de sua missão e dos valores que o motivam, o reconhecimento separa a compreensão do milagre. Esse reconhecimento é fruto de uma interpretação. (Groupe d’Entrevernes, 1977, p. 180)

Esse fazer interpretativo, que relaciona o milagre com a totalidade da obra, é “realizado por um ato de *crer*, isto é, de um saber assumido como verdadeiro” (Groupe d’Entrevernes, 1977, p. 180-181):

se o sujeito epistêmico, com essas cargas modais, é considerado um sujeito competente – isto é, como o fazer interpretativo é um fazer –, então a competência modal do sujeito vai receber as demais coerções derivadas dessa competencialização, ou seja, seu crer vai englobar as modalizações de um querer-crer, um poder-crer etc. (Lopes; Beividas, 2007, p. 37).

Analisemos em termos de confrontação epistêmica. No nível narrativo Jesus é o sujeito: o Filho de Deus que deve ser competente para realizar milagres (o ser que modaliza o fazer). No nível discursivo, Jesus é o objeto-valor oferecido ao enunciatário: A performance de Jesus na realização de milagres o qualifica como objeto da fé (o fazer que modaliza o ser). É o enunciatário o sujeito competente para reconhecer nos milagres o valor de Jesus. Para isso é preciso que ele já esteja em conjunção com o valor do valor, isto é, seja um sujeito fiduciário. “O fazer avaliativo está na dependência do fazer persuasivo por ele especificado: do ponto de vista objetual, discutindo as vantagens dos objetos e os méritos dos sujeitos” (Zilberberg, 2006, p. 153) Vê-se assim que, como discurso religioso, o Evangelho de Lucas não quer apenas demonstrar a divindade de Jesus, mas quer levar o enunciatário a crer nele. Lopes e Beividas observam que

Tais atos, quando bem-sucedidos, levam, do ponto de vista do sujeito-enunciatário, à adesão, que poderíamos entender fiduciária (em variados graus), isto é, levam-no a crer/não crer (em diferentes proporções, do fanatismo incondicional ao ceticismo crônico, passando pelos intermediários da dúvida, da incerteza, da probabilidade etc.) (Lopes; Beividas, 2007, p. 35).

#### 4. O programa narrativo

O Groupe d’Entrevernes divide o programa narrativo dos milagres em demanda, realização e reconhecimento, equivalentes à manipulação, performance e sanção do modelo greimasiano. Assim, na realização, o milagre é visto como uma performance, uma irrupção de poder que opera uma transformação excepcionalmente “difícil”. Nesse aspecto, portanto, não pode ser separado das condições intersubjetivas que o geraram (Groupe d’Entrevernes, 1977, p. 187, 188).

Os milagres surgem de uma falta que pode ser ou não explícita. No caso da pesca abundante, a falta de peixes só é explicitada diante do desafio de Jesus. Por outro lado, na cura do leproso, a necessidade é explicitada logo no início. Já na cura do paralisado há uma necessidade explícita, a paralisia, e uma necessidade implícita, o perdão de pecados, que se intercalam na narrativa.

No entanto, a falta, em si, não é suficiente para estabelecer a narrativa. É preciso o discernimento de uma competência em Jesus, o poder de suprir a falta. Esse discernimento pode advir passivamente de uma não resistência: “Mestre, havendo trabalhado toda a noite, nada apanhamos, mas sob a tua palavra lançarei as redes”. Pode vir ativamente, de uma solicitação: “Senhor, se quiseres, podes purificar-me”. Ou de uma polêmica: “Qual é mais fácil, dizer: Estão perdoados os teus pecados ou: Levanta-te e anda? Mas, para que saibais que o Filho do Homem tem sobre a terra autoridade para perdoar pecados’ — disse ao paralisado”.

Estabelece-se aqui o ponto de inflexão que levará ao fazer interpretativo. Qual é a motivação de Jesus? O que o leva a querer fazer, ou seja, da virtualização para a atualização? A querer exercer sua competência para suprir a falta? E, principalmente, o que faz dele um sujeito realizado? Deve-se observar que “o valores negociados [entre os actantes] não são iguais aos valores do reino. Não é suficiente *persuadir* o sujeito a *operar* o milagre, deve-se ainda *motivá-lo* fazendo apelo aos valores tópicos que comandam soberanamente seu *agir*” (Groupe d’Entrevernes, 1977, p. 190).

Essa correlação pode se instala a partir do reconhecimento, a sanção. Tendo realizado o milagre e confirmado que parece ser e é o Filho de Deus, Jesus é sancionado ao final de cada segmento com aprovação e ratificação. A aprovação é a confirmação da performance e, portanto, da competência do sujeito. A ratificação diz respeito ao papel do segmento na totalidade da obra, à proposta de apresentar Jesus como Filho de Deus e de dar ao enunciatário a certeza das verdades instruídas. Dessa forma, os segmentos do texto selecionado se fecham com a aquisição de discípulos (“E, arrastando eles os barcos sobre a praia, deixando tudo, o seguiram”), com o reconhecimento do poder da palavra de Jesus (“o que se dizia a seu respeito cada vez mais se divulgava, e grandes multidões afluíam para o ouvirem e serem curadas de suas enfermidades”) e com a glória de Deus (“Todos ficaram atônitos, davam glória a Deus e, possuídos de temor, diziam: Hoje, vimos prodígios”). Uma vez que é aqui que se concilia os valores dos actantes, a realização é proporcionada pelo fazer interpretativo do enunciatário que, julgando o discurso verdadeiro, o sancionará com os mesmos valores do disciplinado, do reconhecimento da autoridade Jesus e da glória de Deus. Na ratificação

... o contrato fiduciário é então verificado. O crer, saber-certo, se realiza em saber-verdadeiro. Ele se ocupa, portanto, não somente de aceitar esse sistema de valores – isso foi feito no momento da motivação – mas de entrar em uma obediência ativa à autoridade reconhecida de Jesus. Nós veremos, portanto, na ratificação mais que uma afir-

mação do saber sobre o ser dos valores, mas o gatilho de um querer-fazer a partir da mobilização dos valores sancionados. ... A ratificação plenamente realizada faz do crente, sob o aspecto do querer, um discípulo. (Groupe d'Entrevernes, 1977, p. 193).

Fiorin (2012, p. 117) escreve que, no caso das modalidades veridictórias e epistêmicas, “a modalização incide sobre a relação de conjunção ou disjunção que liga o sujeito e o objeto”. Então distribui ser e parecer entre narrador e personagem: “Ser é o estatuto veridictório exposto pela própria narrativa ou, em outros termos, pelo narrador; *parecer* é o estatuto veridictório atribuído a um estado por uma personagem”. Desse ponto de vista, no nível narrativo o estado inicial é de segredo (Jesus parece ser homem, mas é Deus). Nesse ponto enfatiza-se a competência. Ele prega a palavra de Deus, mas pode controlar os peixes? Se quiser pode purificar<sup>2</sup> o leproso, mas pode curar sua doença? Tem poder para curar um paralisado, mas tem autoridade para perdoar pecados? O encadeamento é obviamente progressivo (mais um mais). A cada passo a narrativa se tonifica por meio de um recrudescimento recorrente. Por meio da performance, a realização dos milagres, Jesus se torna, no nível narrativo, um sujeito realizado e seu estado veridictório é de verdade provada uma vez que o ser rege o parecer (Bertrand, 2003, p. 242).

A prova principal se estabelece pela ascensão ao crer, que é um saber-certo, mas sobre o aspecto do segredo (/ser/ + /parecer/); o “milagre” na qualidade de performance somática é a realização figurada do /parecer/ que se une ao ser para constituir o verdadeiro (/ser/ + /parecer/). Ele dá, portanto, lugar ao crer como saber-verdadeiro, isto é ao reconhecimento. (Groupe d'Entrevernes, 1977, p. 192).

## 5. Marcas de veridicção em Lucas

### 5.1-26

Com base no que foi exposto é possível afirmar que a veridicção se estabelece principalmente por meio de dois mecanismos: a isotopia narrativa e o espaço fiduciário. Vejamos, então, como os elementos de veridicção se manifestam na sequência destacada.

#### 5.1. Isotopia narrativa

Em cada um dos segmentos percebemos a mesma actorialização. Jesus desempenha o papel actancial de sujeito. Como vimos acima, ele é virtualizado como Filho de Deus, atualizado pela demanda do milagre e

realizado pelo reconhecimento de que sua palavra e poder são divinos.

Nos três segmentos, deve-se notar na recorrência da “palavra” a primeira isotopia. É a palavra de Deus que está sendo pregada, é sobre sua palavra que as redes são lançadas. Ela acompanha o toque curador do leproso. E a polêmica em relação ao paralisado é sobre o que é mais fácil dizer. É por meio de sua palavra que Jesus realiza seus milagres, palavra que não é outra senão a palavra de Deus.

A demanda pelo milagre é realizada por um interlocutor que estabelecerá o contrato fiduciário entre as partes no nível narrativo. Simão aglutina o papel dos pescadores, cede o barco para a pregação, lança as redes sob a palavra de Jesus e expressa a admiração diante do milagre. Nesse ponto, observamos uma segunda isotopia importante. Em sua admiração Simão se declara pecador e se vê indigno de estar na presença de Jesus. O leproso, que desempenha o mesmo papel actancial, é considerado religiosamente impuro e também sofre o impedimento de se apresentar diante de Deus. O paralisado tem grande dificuldade de chegar à presença de Jesus e, quando isso acontece, as afirmações de Jesus dizem respeito primariamente a seus pecados.

É dessa relação entre a palavra de Jesus e o perdão de pecados que se estabelece o referencial intradiscursivo dos textos, sua verdade intrínseca. Jesus é o Filho de Deus que transmite aos homens a palavra de Deus e seus efeitos salvíficos, os milagres são suas credenciais. É por essa razão que o pecador é convidado a ser pescador de homens, o leproso deve oferecer a oferta que confirma a purificação e o paralisado pode retirar-se andando e perdoado.

A isotopia dos milagres pode ser ilustrada pelo seguinte esquema construído pelo Groupe d'Entrevernes que aqui transcrevemos parcialmente (ver Figura 3).

Cabe ao sujeito em falta, pressupondo a competência de Jesus, requerer, implícita ou explicitamente, o milagre, persuadindo-o a realizar o milagre. Cabe à ele também promover o reconhecimento aprovando a performance por meio da confirmação do milagre. Entra em ação, então, um segundo esquema, mais abrangente, que verificará a requisição à luz da totalidade da obra que pressupõe a competência de Jesus para salvar e que, pelos efeitos produzidos pelo milagre, confirma seu fazer salvífico ao fazer discípulos e perdoar pecados.

<sup>2</sup>Na tradição judaica, purificar é declarar apto para participar das cerimônias. Não diz respeito propriamente à cura, mas à avaliação da autoridade religiosa de que aquela doença, no caso, não se incluía no interdito religioso.

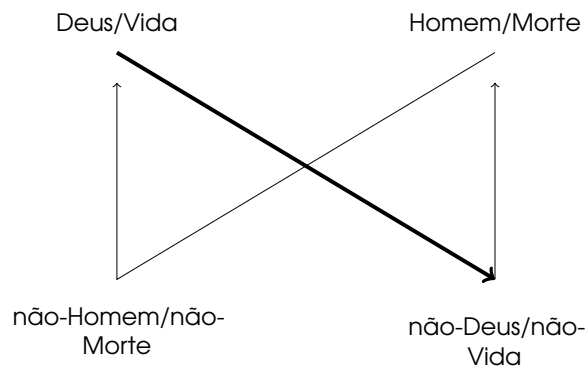
**Figura 3**

Esquema narrativo dos milagres (Groupe d'Entrevernes, 1977, p. 194, adaptado)

## 5.2. O espaço fiduciário

Retomamos aqui a proposta de Zilberberg, de que o espaço fiduciário percorre todos os níveis do percurso gerativo.

Ao considerar a crença-mãe implicada na sequência, observamos um autor/enunciador que crê que Jesus é o Filho de Deus e um leitor/enunciatário que crê que ele é um homem. Esse é o espaço conflitual que se estabelece na desiconização do texto. Como homem, Jesus deve ser alinhado com os demais atores que em sua falta de competência são obrigados a submeter-se aos valores disforizante axiologizados pela morte. Os pescadores trabalharam a noite inteira e nada apanharam, e, confrontados com a lepra, os líderes religiosos não podiam declarar o leproso limpo, nenhum homem pode perdoar pecados ou fazer um paralisado andar. Essa condição é textualizada na expressão: “Quem pode perdoar pecados senão Deus”. Pode-se montar assim o quadrado semiótico que sumariza estas relações:

**Figura 4**

Adaptação do quadrado semiótico para os termos Deus/homem

Os milagres se apresentam como elementos atualizantes. Se for homem, Jesus nada pode fazer nessas situações. Os pescadores continuarão sem peixes, o leproso continuará impuro e o paralisado continuará sem perdão e sem andar. Permanece-se na dêixis disforizante. Mas se essas faltas são supridas, passamos para a dêixis euforizante, Jesus é atualizado para não-homem e a lógica implicativa exige uma alteração na crença-mãe do enunciador. Além disso, é preciso notar o impacto máximo inserido na narrativa quando num curto espaço de tempo passa-se da aniquilação,

diminuição máxima – “havendo trabalhado a noite toda, nada apanhamos” – para a saturação, aumento máximo – “apanharam grande quantidade de peixes; e rompiam-se lhes as redes ... encheram ambos os barcos, a ponto de quase irem a pique”; “e no mesmo instante, lhe desapareceu a lepra”; “imediatamente, se levantou diante deles e, tomando o leito em que permanecera deitado, voltou para casa”.

É importante observar que os milagres poderiam ser apreendidos por meio da lógica concessiva, e.g.: Embora fosse homem, Jesus podia curar enfermos. No entanto, a recorrência e o recrudescimento discursivo



fazem com que o leitor/enunciário, através do mecanismo das crenças essenciais, cada vez mais incorpore o conceito da divindade de Jesus e espere que ele realize aquilo que nenhum homem pode fazer. Dessa forma, observamos a mobilização do corpo sensível do enunciário e a instituição do mundo divino onde o impossível não apenas se torna possível, mas também é esperado.

A partir desse novo estado do enunciário estabelece-se um segundo espaço conflitual, agora no nível discursivo. O sujeito fiduciário é confrontado com o agir dos atores. Sua relação com Jesus não se limitou ao suprimento da falta. Quando creram em Jesus, os pescadores deixaram tudo e o seguiram, o leproso divulgou o feito de Jesus e todos deram glória a Deus. Um fazer é requerido. Esse fazer é figurativizado em tornar-se discípulo, anunciar Jesus a outros e dar glória a Deus.

## Considerações finais

Observamos nos milagres bíblicos um peculiar exemplo do conceito de veridicção e do de referencial linguístico, pois é justamente a partir da concepção de que os milagres são impossíveis que se estabelece a veridicção proposta pelo texto bíblico. Essa é uma demonstração de que, como propôs Greimas, a verdade instituída nos textos é intrínseca e não extrínseca. Tal característica se dá por meio de um processo que pressupõe a interação entre o fazer persuasivo do autor/enunciador e o fazer interpretativo do leitor/enunciário. Dois elementos centrais devem ser destacados nesse processo, a isotopia narrativa e a constituição do espaço fiduciário.

Na isotopia narrativa, espera-se que o sujeito realize sua competência por meio de uma performance sancionada pelo Destinador. No caso dos milagres, que Jesus supra a demanda dos requerentes em conformidade com seu estatuto de Filho de Deus e seja sancionado com o discipulado, o reconhecimento de sua divindade e a glorificação de Deus.

Partindo de crenças-mãe ou crenças essenciais diferentes, e justamente por isso, estabelece-se entre enunciador e enunciário um espaço conflitual que, como resultado do processo de veridicção, transforma-se em espaço fiduciário. O conflito entre ser Deus e parecer homem é transformado pela mobilização do enunciário que, sancionando o relato como verdadeiro, passa a crer que Jesus é e parece Deus e a reconhecê-lo como objeto digno da fé, não apenas para realizar milagres, mas para salvar.

Ainda é possível abordar em pesquisas futuras o elemento estético que rege o parecer desse tipo de relato e o impacto tensivo promovido pelos frequentes recrudescimentos e minimizações no texto. ●

## Referências

- Bertrand, Denis  
2003. *Caminhos da semiótica literária*. Bauru: EDUSC.
- Bíblia Sagrada  
1999. Barueri - SP: Sociedade Bíblica do Brasil.
- Courtés, Algirdas-Julien Greimas; Joseph  
2012. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Contexto.
- Cunha, Antônio Geraldo Da  
2010. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4ª ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Lexicon.
- Discini, Norma  
2012. Para o estilo de um gênero. bakhtiniana. *Revista de Estudos do Discurso*, 7(2):75-94. São Paulo: LAEL/PUC-SP, GP Linguagem, Identidade e Memória. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/9934/9327>. Acesso em 30/05/2013.
- Discini, Norma  
2013. *Estilo e corpo*. 387f. Tese de Livre docência em Teoria e Análise Semiótica do Texto – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.
- Fiorin, José Luiz  
1999. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática.
- Fiorin, José Luiz  
2012. *Em busca do sentido: estudos discursivos*. 2ª ed. São Paulo: Contexto.
- Greimas, Algirdas Julien  
1983. *Du sens II: essais sémiotiques*. Paris: Éditions du Seuil.
- Greimas, Algirdas Julien; Courtés, Joseph  
2008. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Contexto. Trad. Alceu Dias Lima et alii.
- Groupe d'Entrevernes  
1977. *Signes et paraboles: Sémiotique et texte évangélique*. Paris, Éditions du Seuil.
- Lopes, Ivã Carlos; Bevidas; Waldir  
2007. Veridicção, persuasão, argumentação: notas numa perspectiva semiótica. *Todas as Letras (São Paulo)*, 9 (1):32-41.
- Tatit, Luiz  
2010. *Semiótica à luz de Guimarães Rosa*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Zilberberg, Claude  
2006. *Razão e poética do sentido*. Trad. I. C. Lopes, L. Tatit e W. Bevidas. São Paulo: EDUSP.

---

## Dados para indexação em língua estrangeira

---

Cardoso, Dario de Araujo  
Veridiction in biblical miracles  
*Estudos Semióticos*, vol. 10, n. 1 (2014)  
ISSN 1980-4016

---

**Abstract:** *Veridiction is defined as the real mode of telling of a speech. It differs from the ontological concept of truth for referential extralinguistic context. In semiotics, the veridiction is constituted through the modulations of the categories of being and of seeming and is established by a fiduciary contract, a coordination of epistemic mechanisms installed in both enunciator and enunciated. The biblical miracle narratives offer an interesting space for discussion on the mechanism of veridiction. To describe something impossible to accomplish these narratives highlighted the linguistic process which generates the sense. In this article, we'll describe the concept and mechanism of veridiction according to the greimasian semiotics. Will also be presented the semiotic status and the programme narrative of the miracle with reference to the proposal of the Groupe d'Entrevignes. Finally, we'll introduce the analysis of three miracles recorded in sequence in Luke's Gospel and highlight two main brands of veridiction: narrative isotopy and the fabric of the fiduciary space. It will be demonstrated that the truth established in the texts is intrinsic and not extrinsic and through a process involving the interaction between the author/enunciator's persuasive doing and the reader/enunciated's interpretive doing that transforms a conflictual space, established by different beliefs-mother, in fiduciary space.*

**Keywords:** *Veridiction, Isotopy, Fiduciary space, Miracle*

---

### Como citar este artigo

Cardoso, Dario de Araujo. Veridicção nos milagres bíblicos. *Estudos Semióticos*. [on-line] Disponível em: ( <http://revistas.usp.br/esse> ). Editores Responsáveis: Ivã Carlos Lopes e José Américo Bezerra Saraiva. Volume 10, Número 1, São Paulo, Julho de 2014, p. 47-55. Acesso em "dia/mês/ano".

Data de recebimento do artigo: 01/março/2013

Data de sua aprovação: 15/maio/2014

---

## **Anexo**

### **Evangelho segundo Lucas 5.1-26:**

Aconteceu que, ao apertá-lo a multidão para ouvir a palavra de Deus, estava ele junto ao lago de Genesaré; e viu dois barcos junto à praia do lago; mas os pescadores, havendo desembarcado, lavavam as redes.

Entrando em um dos barcos, que era o de Simão, pediu-lhe que o afastasse um pouco da praia; e, assentando-se, ensinava do barco as multidões.

Quando acabou de falar, disse a Simão: “Faze-te ao largo, e lançaí as vossas redes para pescar”.

Respondeu-lhe Simão: “Mestre, havendo trabalhado toda a noite, nada apanhamos, mas sob a tua palavra lançarei as redes”.

Isto fazendo, apanharam grande quantidade de peixes; e rompiam-se-lhes as redes. Então, fizeram sinais aos companheiros do outro barco, para que fossem ajudá-los. E foram e encheram ambos os barcos, a ponto de quase irem a pique.

Vendo isto, Simão Pedro prostrou-se aos pés de Jesus, dizendo: “Senhor, retira-te de mim, porque sou pecador”. Pois, à vista da pesca que fizeram, a admiração se apoderou dele e de todos os seus companheiros, bem como de Tiago e João, filhos de Zebedeu, que eram seus sócios.

Disse Jesus a Simão: “Não temas; doravante serás pescador de homens”.

E, arrastando eles os barcos sobre a praia, deixando tudo, o seguiram.

Aconteceu que, estando ele numa das cidades, veio à sua presença um homem coberto de lepra; ao ver a Jesus, prostrando-se com o rosto em terra, suplicou-lhe: “Senhor, se quiseres, podes purificar-me”.

E ele, estendendo a mão, tocou-lhe, dizendo: “Quero, fica limpo!” E, no mesmo instante, lhe desapareceu a lepra.

Ordenou-lhe Jesus que a ninguém o dissesse, “mas vai”, disse, “mostra-te ao sacerdote e oferece, pela tua purificação, o sacrifício que Moisés determinou, para servir de testemunho ao povo”. Porém o que se dizia a seu respeito cada vez mais se divulgava, e grandes multidões afluíam para o ouvirem e serem curadas de suas enfermidades. Ele, porém, se retirava para lugares solitários e orava.

Ora, aconteceu que, num daqueles dias, estava ele ensinando, e achavam-se ali assentados fariseus e mestres da Lei, vindos de todas as aldeias da Galiléia, da Judéia e de Jerusalém. E o poder do Senhor estava com ele para curar.

Vieram, então, uns homens trazendo em um leito um paralítico; e procuravam introduzi-lo e pô-lo diante de Jesus. E, não achando por onde introduzi-lo por causa da multidão, subindo ao eirado, o desceram no leito, por entre os ladrilhos, para o meio, diante de Jesus.

Vendo-lhes a fé, Jesus disse ao paralítico: “Homem, estão perdoados os teus pecados”.

E os escribas e fariseus arrazoavam, dizendo: “Quem é este que diz blasfêmias? Quem pode perdoar pecados, senão Deus?”

Jesus, porém, conhecendo-lhes os pensamentos, disse-lhes: “Que arrazoais em vosso coração? Qual é mais fácil, dizer: Estão perdoados os teus pecados ou: Levanta-te e anda? Mas, para que saibais que o Filho do Homem tem sobre a terra autoridade para perdoar pecados” ? disse ao paralítico: “Eu te ordeno: Levanta-te, toma o teu leito e vai para casa.”

Imediatamente, se levantou diante deles e, tomando o leito em que permanecera deitado, voltou para casa, glorificando a Deus. Todos ficaram atônitos, davam glória a Deus e, possuídos de temor, diziam: “Hoje, vimos prodígios.” (A Bíblia Sagrada, 1999, p. 68)